

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH HOSPITAL JEAN BITAR

CNPJ nº 23.453.830/0015-75

Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019 e 2018				Demonstração do Superávit dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)			
Em Reais (R\$)				Em Reais (R\$)			
	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Ativo				Receitas Operacionais		39.650.000	37.454.966
Circulante		7.872.337	7.217.390	Serviços prestados a pacientes SUS		39.650.000	37.454.966
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.725.456	2.876.932	Custos		(32.647.532)	(30.107.818)
Contas a receber	5	2.810.202	3.250.000	Serviços de terceiros		(16.326.983)	(14.376.894)
Estoques	6	978.598	872.739	Pessoal e encargos		(10.006.538)	(9.632.006)
Adiantamento a Funcionários		77.401	120.668	Materiais e medicamentos		(6.314.011)	(6.098.918)
Outros Créditos		170.596	23.926	Despesas		(6.179.556)	(6.102.919)
Despesas antecipadas		3.968	6.970	Pessoal e encargos		(2.501.634)	(2.408.002)
Partes Relacionadas	8	106.117	66.155	Despesas gerais e administrativas	15	(3.582.913)	(3.605.351)
Não Circulante		2.330.871	2.048.678	Depreciação/amortização		(235.185)	(199.650)
Depósito judicial	13	28.560	9.350	Impostos, taxas e contribuições		(6.821)	(8.543)
Imobilizado líquido	7	5.437	9.439	Outras receitas e despesas operacionais		146.998	118.627
Intangível líquido	7	113.043	195.724	Finanças Líquidas		64.571	41.400
Imobilizado, líquido - Contrato de Gestão	7	2.183.831	1.834.165	Despesas financeiras		(51.975)	(54.526)
Total do Ativo		10.203.208	9.266.068	Receitas financeiras		116.546	95.926
Passivo				Superávit do Exercício		887.483	1.285.629
Circulante		3.979.962	3.933.017	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)			
Fornecedores	9	1.447.883	1.598.385	Fluxos de caixa de atividades operacionais		2019	2018
Obrigações trabalhistas	10	1.863.235	1.756.729	Superávit do exercício		887.483	1.285.629
Obrigações sociais	11	309.244	260.553	Ajustes para reconciliar o resultado			
Obrigações fiscais		152.577	119.245	Depreciação/amortizações		235.184	199.650
Partes Relacionadas	8	207.023	198.053	Superávit ajustado		1.122.667	1.485.279
Outras contas a pagar		-	52	Varições das contas de ativo e passivo		255.016	2.135.069
Não Circulante		2.183.831	2.186.125	Redução em créditos - circulante		336.396	2.318.083
Receitas Diferidas	12	2.183.831	1.834.165	Aumento em estoques		(105.859)	(128.533)
Obrigações para Investimento		-	351.960	Redução das despesas antecipadas		3.002	517
Patrimônio Líquido		4.039.415	3.146.926	Redução em fornecedores		(150.502)	(1.031.682)
Patrimônio social		3.151.932	1.861.297	Aumento de obrigações trabalhistas		106.506	294.870
Superávit acumulado		887.483	1.285.629	Aumento de obrigações sociais		48.691	49.491
Total do Passivo Patrimônio Líquido		10.203.208	9.266.068	Aumento de obrigações tributárias		33.332	59.573
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 Em Reais (R\$)				(Redução) / Aumento de outras obrigações		(52)	52
		Patrimônio Social	Superávit/ (Déficit) acumulado	(Redução) / Aumento das obrigações - não circulante		(21.504)	572.698
Em 31 de dezembro de 2017		2.316.954	(455.657)	Ajustes patrimoniais		5.006	-
Incorporação ao Patrimônio Social		(455.657)	455.657	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.377.683	3.620.348
Superávit do exercício		-	1.285.629	Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(498.167)	(1.214.201)
Em 31 de dezembro de 2018		1.861.297	1.285.629	Aquisição de imobilizado		(498.167)	(1.214.201)
Incorporação ao Patrimônio Social		1.285.629	(1.285.629)	Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(30.992)	(476.991)
Ajustes Patrimoniais		5.006	-	Partes relacionadas		(30.992)	(476.991)
Superávit do exercício		-	887.483	Aumento no caixa e equivalentes de caixa		848.524	1.929.156
Em 31 de dezembro de 2019		3.151.932	887.483	Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)		848.524	1.929.156

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 - Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Hospital Jean Bitar (HJB) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado. O Hospital atende uma população 1,4 milhão de pessoas da região metropolitana de Belém, composta por mais sete municípios. A unidade oferece assistência de média e alta complexidade nas especialidades de cirurgia endócrina, reumatologia, geriatria, além de ser referência em cirurgias bariátricas com 70 leitos, incluindo unidade de terapia intensiva (UTI). Todos esses serviços contam com o suporte de apoio diagnóstico e terapêutico com análises clínicas e outros exames especializados. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado na Rua Cônego Jerônimo Pimentel, 543 - Umarizal, Belém-PA. **b) Contrato de Gestão:** O Hospital Jean Bitar (HJB) é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde março de 2016, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 002/2016, vigente até 10/03/2020. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. **c) Impactos do COVID-19 nas operações:** A Entidade vem promovendo o treinamento de seus profissionais e prestadores de serviços acerca dos procedimentos de identificação, controle e tratamento de eventuais pacientes diagnosticados com o COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, porém atua estrategicamente, em conjunto com o ente público, com foco na saúde básica do estado, afim de isolar os pacientes que OMS - Organização Mundial da Saúde julga serem de risco. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 13 de março de 2020. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto

continua >